



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS/CÂMARA TÉCNICA DE INTEGRAÇÃO DE PROCEDIMENTOS, AÇÕES DE OUTORGA E AÇÕES REGULADORAS

SGAN Quadra 601, Edifício Sede da Codevasf, 4º andar, sala 428, Brasília/DF, CEP: 70.830-901

Fones: (61) 4009-1858 / 1007; Fax: (61) 4009-1825

E-mail: sec.executiva@cnrh-srh.gov.br

Ofício Circular nº 03/2005/CTPOAR/CNRH/MMA

Brasília, 14 de março de 2005.

A Sua Senhoria

DEMETRIOS CHRISTOFIDIS

Presidente da Câmara Técnica de Ciência e Tecnologia do
Conselho Nacional de Recursos Hídricos

Assunto: **Resposta ao Ofício nº 71/2004/CTCT/CNRH/MMA**

Prezado Presidente,

1. Em resposta ao Ofício supracitado, informo que a Câmara Técnica de Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladora – CTPOAR, durante as suas 39ª e 40ª reuniões, realizadas em 24 e 25 de novembro de 2004 e 22 de fevereiro de 2005, respectivamente, apreciou a matéria, referente a necessidade do reuso de água, estar sujeito a emissão de outorga de direito de uso de recursos hídricos. Neste sentido, a CTPOAR se manifesta da seguinte forma:

I – O reuso de água, como processo, não é objeto de outorga, contudo pelo inciso V do art. 12 da Lei nº 9.433/97, que trata dos usos que alterem o regime, a quantidade ou a qualidade da água existente em um corpo de água, de outorga, todo e qualquer usuário que assim proceder; devendo se enquadrar nas exigências para solicitação de outorga de direito de uso de recursos hídricos junto às autoridades outorgantes.

II – O usuário que não utilizar todo efluente gerado no processo de reuso, ou seja, lançar parte do efluente em corpo d'água e fizer reuso de outra parcela, e que já possua outorga de direito de uso de recursos hídricos para lançamento e captação, deverá retificá-la, informando à autoridade outorgante, sobre o destino da parcela de água que será objeto de reuso.

Esta informação é fundamental, pois o destino da água de reuso influirá no balanço hídrico da sub-bacia, seja pelo não retorno de parcela da água do efluente tratado ao corpo d'água, seja pela transferência da água captada para uma outra sub-bacia, no caso de sistemas públicos de abastecimento, que vendem esta água tratada, no padrão de reuso, utilizado na irrigação, indústria ou outros fins.

III – Ratifica a necessidade de resoluções específicas, conforme a finalidade e origem do uso da água de reuso e que também se estabeleçam parâmetros. Esses parâmetros por apresentarem interfaces com o meio ambiente, saúde e recursos hídricos, devem ser definidos em conjunto, pelo CONAMA, o Ministério da Saúde e o CNRH. Cabe ressaltar, que esses parâmetros já poderiam estar sendo estudados, considerando as definições internacionais existentes, assim respaldando as empresas que já utilizam a prática de reuso de água. Para tanto sugere-se um GT interministerial, para tratar da matéria;

IV – Indica para o art. 2º da proposta de resolução, a distinção dos termos reciclagem de água, recirculação de água e reuso de água, a partir de suas definições;
V – Indica maior reflexão no artigo 9º e no inciso I do artigo 8º, no último caso, tendo em vista a existência de sub-bacias críticas, que não poderão, abrir mão da parcela de efluentes tratados retornar ao corpo d'água.

2. Em virtudes das indicações acima, a CTPOAR coloca-se a disposição para maiores esclarecimentos e espera ter auxiliado para o aprimoramento da proposta de resolução apresentada, bem como a regulamentação do instrumento de gestão outorga.

Atenciosamente,

LEILA CARVALHO GOMES
Presidente da CTPOAR